



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

PROCESSO Nº: 445781/2021 (PGE-NET: 2021.02.009564)
INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SEMA/MT
ASUNTO: MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO
DATA: 09/11/2021
PARECER Nº: 197-C/SUBPGMA/PGE/2021
PROCURADOR: DAVI MAIA CASTELO BRANCO FERREIRA

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A SEMA E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO COM A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. PROGRAMA ARPA. INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEPLAN/SEFAZ/CGE/001/2017. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÕES

Excelentíssimo Senhor Procurador Geral do Estado,

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada pela Secretária Estadual de Meio Ambiente – SEMA/MT para análise e emissão de parecer conclusivo acerca da renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretária Estadual de Meio Ambiente – SEMA/MT e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente para continuidade dos processos de implementação do Programa ARPA e à



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

consolidação das Unidades de Conservação estaduais.

Instruem os presentes autos:

1. C.I. n.º 120/CUCO/SUBIO/SAGA/SEMA/2021 (fl. 02);
2. Minuta de Ofício (fl. 03);
3. Minuta do Acordo de Cooperação (fls. 04/20);
4. Parecer Técnico n.º 84/CUCO/SUBIO/SAGA/SEMA/2021 (fls. 21/22);
5. Ofício n.º 2.622/2021/GAB/SEMA-MT (fl. 23);
6. Comunicação via e-mail (fls. 24/25);
7. Minuta do Termo de Cooperação (fls. 26/32);
8. Plano de Trabalho (fls. 33/34);
9. Parecer n. 00365/2021/CONJUR-MMA/CGU/AGU (fls. 35/42);
10. Despacho n.º 187/CUCO/SUBIO/SAGA/SEMA-MT (fl. 43);
11. Comunicação via e-mail (fls. 44/45);
12. Documentos e certidões (fls. 46/72);
13. Despacho n.º 137/2021 (fl. 73);
14. Ofício n.º 320/2021/SAAS/SEMA-MT (fl. 74).

É o que cumpre observar. Passa-se à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria jurídica, tem-se que o parecer jurídico exarado pela Procuradoria-Geral do Estado veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e



Governo do Estado de Mato Grosso

PGE - Procuradoria Geral do Estado

valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação das funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

2.2. DA NATUREZA DO PARECER

De solicitação obrigatória, mas de conclusão meramente opinativa, de modo que as orientações apresentadas não vinculam o gestor, que pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da emanada pela assessoria jurídica. A responsabilidade sobre os atos do processo é de seu respectivo subscritor, restando à assessoria jurídica, do órgão e do Estado, a análise da questão sob o prisma da juridicidade, tão somente.

2.3. DA ANÁLISE JURÍDICA

2.3.1. REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

O Termo de Cooperação é conceituado na Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE 001, de 9 de maio 2017, como o instrumento reservado para a execução descentralizada de atividades, programas ou projetos, em regime de mútua colaboração, entre os órgãos e entidades da administração pública estadual, que resulte no aprimoramento das ações de governo, sem a transferência de bens ou recursos financeiros.

A celebração de acordos contribui para o aprimoramento das capacidades institucionais, para a otimização do uso de recursos materiais, além de ser uma das mais fortes evidências do interesse em integrar-se ao contexto social em que se situa e nele contribuir para a execução de políticas públicas e para a melhoria da qualidade de vida da população.



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/1993) estabelece as regras básicas de celebração e execução dos Convênios e Termos de Cooperação, determinando:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

No âmbito estadual as normas e procedimentos para a celebração e execução do Termo de Cooperação estão contidas na Instrução Normativa acima referida, que estabelece diretrizes, normas e procedimentos para celebração, execução e prestação de contas de Termo de Cooperação.

O interesse na celebração do presente termo de cooperação foi constatado na juntada do requerimento (fl. 23) pela Secretária de Estado de Meio Ambiente, no entanto de outro lado, **não vislumbramos expressa manifestação favorável da FUNBIO, recomendamos para tanto, a juntada de tal documento nos autos do processo.**

Presente a minuta do termo de cooperação às fls. 04/16.

Trata-se de instrumento **sem transferência de bens e recursos financeiros** entre as partes, por meio do qual se executarão atividades em regime de mútua colaboração para o aprimoramento de ações de governo, em que se conclui que o termo de cooperação é o instrumento adequado para a formalização desta parceria.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT na qualidade de



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

cooperante e o Fundo Brasileiro para Diversidade - FUNBIO, na condição de cooperada, são entidades legítimas para figurar como parte do instrumento, nos termos do que dispõe o art. 2º da IN 001/2017:

Art. 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa considera-se:
(...)

II - Cooperante (Demandante): Órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual, detentor da ação governamental e/ou atividade técnica a ser executada por outro partícipe;

III - Cooperado (Executor): Órgãos ou Entidades da Administração Pública Federal, Estadual e dos Municípios, bem como as entidades filantrópicas da saúde nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal, que assumam a responsabilidade pela execução do objeto do Cooperante (Demandante) em razão de conveniência administrativa e/ou decorrente do interesse público; (...)

A Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE 001/2017 traz, nos art. 5º e seguintes, os requisitos para formalização desses ajustes:

Art. 5º Os Planos de Trabalho das Cooperações deverão ser elaborados no Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGCon, devendo fazer parte integrante dos processos de cooperação.

Art. 6º O Cooperado (Executor), na condição de responsável pela execução do objeto, deverá providenciar:

- I - cópia do cartão do CNPJ;
- II - cópia do CPF do(s) Dirigente(s);
- III - cópia de documento oficial com foto do(s) Dirigente(s);
- IV - cópia do ato de nomeação ou posse do(s) Dirigente(s);
- (...)

Verifica-se que instruem os presentes autos a documentação exigida pelo art. 6º (fls. 46/72) e que o Plano de Trabalho **não** foi elaborado no Sistema de Gerenciamento de



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Convênios como determina o art. 5º.

O Plano de Trabalho traz especificação completa e detalhada da ação a ser executada, contendo os elementos necessários e suficientes para caracterizar, de modo preciso, a instalação ou o serviço objeto da cooperação, sua viabilidade técnica, fases e prazos de execução, em obediência ao disposto no art. 9º da IN em vigor.

Destaque-se que, após sua aprovação, o mencionado plano deverá ser assinado pelos entes cooperante e cooperado no campo próprio.

Ressalta-se constar o Cronograma de Execução (fl. 34), o período de 60 (sessenta) meses de execução do projeto com data para início a partir da assinatura do termo.

O objetivo da norma é o de permitir que os termos de cooperação sejam firmados com objeto definido e com obrigações para os partícipes que sejam cumpridas em prazo definido ou ao menos previsto, sob pena de eventualmente tornar letra morta às disposições do próprio acordo e gerar desencontros entre os partícipes quanto ao cumprimento de cada fase e obrigação de cada um dos envolvidos.

Em relação a Cooperante, na condição de detentora da ação governamental e/ou atividade técnica a ser executada pelo Cooperado, esta carreu aos autos o **Plano de Trabalho** (fls. 04/20).

Em menção aos demais Anexos ausentes, recomenda-se a consulente esclarecer/justificar nos autos a utilização ou não dos Anexos ausentes do Plano de Trabalho (SIGCON), conforme IN Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE 001/2017, vejamos:

Art. 8º O Cooperante (Demandante), na condição detentor da ação governamental e/ou atividade técnica a ser executada pelo Cooperado



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

(Executor), deverá providenciar:

- I - elaboração do Plano de Trabalho composto dos anexos I a V;**
- II - elaboração do Plano de Trabalho composto dos anexos I e II, no caso de Cooperação para execução de atividades eminentemente técnicas;
- III - projeto básico e cronograma físico-financeiro, no caso de obras.

De outro lado, a respeito da formalização do instrumento, além das exigências contidas no art. 10 da IN vigente, **o Termo de Cooperação deverá conter expressamente e obrigatoriamente, cláusulas estabelecendo o delineado no art. 11, incisos I ao XIII, da IN 001/2017**, a saber:

Art. 11. Além das exigências de que trata o artigo anterior, o Termo de Cooperação conterá também, expressa e obrigatoriamente, cláusulas estabelecendo:

- I - o objeto e seus elementos característicos com a descrição objetiva, clara e precisa do que se pretendem realizar ou obter, em consonância com o Plano de Trabalho, que integrará o instrumento, independentemente de transcrição;
- II - a vigência do instrumento, que deve ser fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, desde que devidamente justificada e solicitada antes do término da vigência;
- III - as obrigações de cada partícipe do Termo de Cooperação;
- IV - a disposição de quais despesas correrá por conta do Cooperante (Demandante) e quais correrão por conta do Cooperado (Executor), quando houver;
- V - a dotação orçamentária prevista e disponível à conta da qual

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por DAVI MAIA CASTELO BRANCO FERREIRA-02755039337. Para visualizar o original, acesse o site <http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade-documento/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 445781/2021 - SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o código 48D2EA



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

correrão as despesas, quando houver;

VI - a indicação de que os recursos, para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no Plano Plurianual ou em prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações, devendo constar dos orçamentos futuros, durante o prazo de sua execução, se necessário for;

VII - a definição do partícipe responsável pela realização da licitação e formalização do contrato se for o caso;

VIII - a definição do responsável pela fiscalização e acompanhamento do termo de cooperação, nos termos do art. 2º, inciso VIII, desta Instrução Normativa Conjunta;

IX - a definição do direito de propriedade dos bens móveis remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento, que poderão ser doados ao Cooperante (Demandante)/Cooperado (Executor) para continuidade da ação pactuada e, que em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, respeitado o disposto na legislação pertinente, quando houver;

X - a faculdade aos partícipes para denunciá-lo ou rescindi-lo, a qualquer tempo, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-lhes, igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período;

XI - a obrigatoriedade do Cooperado (Executor) em alimentar o Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGCon, no endereço sigcon.seplan.mt.gov.br, com os dados relativos à execução da Cooperação, como metas, empenhos, liquidações, pagamentos efetuados, procedimentos licitatórios e demais informações necessárias ao devido andamento da pactuação;

XII - a obrigatoriedade do Cooperado (Executor) de gerar e enviar

Para visualizar o original, acesse o site
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por DAVI MAIA CASTELO BRANCO FERREIRA.027550? Documento do, informe o processo 445781/2.
http://pasta.pge.mt.gov.br:8280/autenticidade- Ambiente e o código 48D2EA



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

através do SIGCon, os relatórios de prestações de contas da Cooperação celebrados, além do envio formal dos documentos físicos para conferência;

XIII - a definição de qual partícipe será responsável pelas despesas acessórias dispostas no parágrafo único do art. 9º, desta Instrução Normativa Conjunta.

Pois bem, como se verifica da leitura das exigências acima, o objeto do instrumento de minuta encaminhada (fls. 04/20) está descrito na cláusula primeira; as definições do acordo estão descritas na cláusula segunda; as atribuições dos partícipes estão descritas na cláusula terceira; o plano de trabalho esta previsto na cláusula quarta; a definição dos bens está previsto na cláusula quinta; a responsabilidade dos partícipes esta presenten cláusula sexta; as obrigações financeiras está previsto na cláusula sétima; a cláusula nona dispõe acerca da divulgação e da publicidade; o prazo de vigência do instrumento estão dispostos na cláusula décima; a definição das alterações está disposto na cláusula décima primeira; da rescisão e da denúncia estão previstos na cláusula décima quinta; a definição do foro está na cláusula décima oitava.

Acrescente-se ainda, o que dispõe a cláusula décima sexta pertinente a fundamentação legal, no que diz respeito à **eficácia** da presente cooperação ficar **condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado**, devendo ser providenciada no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura, conforme preceitua o art. 12 da Instrução Normativa vigente.

Em virtude dessas considerações, entende-se ser possível a celebração do acordo de cooperação pretendido, considerando que foi respeitado as balizas legais preconizadas na Lei 8.666/1993 e Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE 001/2017, não havendo, portanto, óbice, do ponto de vista jurídico, à celebração do Termo de



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Cooperação em tela, desde que atendidas às recomendações indicadas no presente parecer.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se pela possibilidade da celebração do Termo de Cooperação nos moldes encaminhando, desde que no processo seja observado as seguintes recomendações:**

- a) Recomenda-se a juntada do requerimento padrão contendo expressa manifestação favorável dos integrantes do presente termo;
- b) Recomenda-se que seja juntado aos autos comprovante do cadastro do Termo de Cooperação no Sistema de Gerenciamento de Convênios SIGCON;
- c) Em que pese à juntada pela Cooperante aos autos do Plano de Trabalho composto dos Anexos I e II, recomenda-se justificar nos autos a necessidade ou não da juntada dos demais Anexos do Plano de Trabalho conforme art. 8º, inciso I da Instrução Normativa n. 01/2017.

É o parecer, que submete-se à superior consideração.

Cuiabá/MT, 9 de novembro de 2021.

(Assinado Digitalmente)

DAVI MAIS CASTELO BRANCO FERREIRA
SUBPROCURADOR-GERAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE



PGE/MT
Fis. _____

Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

Processo nº:	445781/2021 - PGENet 2021.02.009564
Interessado (a):	Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT
Assunto:	Minuta de Termo de Cooperação

DESPACHO

1- R.H.

2- Após detida análise dos autos, **HOMOLOGO**, por seus próprios fundamentos, o **Parecer nº 197-C/SUBPGMA/PGE/2021**, da lavra do Subprocurador-Geral de Defesa do Meio Ambiente, Dr. Davi Maia Castelo Branco Ferreira, com a seguinte ementa:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A SEMA E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO COM A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. PROGRAMA ARPA. INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEPLAN/SEFAZ/CGE/001/2017. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÕES.

3- Encaminhem-se os autos à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, para conhecimento e providências cabíveis.

Cuiabá-MT, 09 de novembro de 2021.

FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA LOPES
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO



Governo do Estado de Mato Grosso
PGE - Procuradoria Geral do Estado

OFÍCIO nº 1.600/ 2021/GAB/PGE

Cuiabá, 09 de novembro de 2021.

A Sua Excelência a Senhora
MAUREN LAZZARETTI
Secretária de Estado de Meio Ambiente
Nesta

Senhora Secretária,

Por ordem do Procurador-Geral do Estado Dr. Francisco de Assis da Silva Lopes, encaminho a Vossa Excelência o Processo nº **445781/2021 - PGENet. 2021.02.009564**, que trata de “*Minuta de Termo de Cooperação*”, para conhecimento e providências cabíveis.

Respeitosamente,

ADRIANE MARIA CASASUS MALHEIROS
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Estado



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica



DESPACHO 622/2021

Processo: 445781/2021

Interessado: Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Assunto: Acordo de Cooperação entre a SEMA e a ARPA.

Destino: Gabinete Adjunto Executivo

Senhor Secretário Adjunto,

Encaminho os autos para conhecimento e manifestação acerca do parecer jurídico nº 197-C/SUBPGMA/2021, fls. 76 - 81.

Solicito que após as devidas deliberações o processo seja encaminhado diretamente à **Gerência dos Planos de Gestão e das Parcerias Institucionais para ciência e providências quanto aos apontamentos do referido parecer.**

Atenciosamente.

Cuiabá/MT, 11 de novembro de 2021.



Valdinei Valério da Silva

Secretário Adjunto de Administração Sistêmica
SAAS/SEMA/MT



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Secretário Adjunto Executivo

Cuiabá, 11 de novembro de 2021.

PROCESSO: 445781/2021.

INTERESSADO: SEMA-MT.

ASSUNTO: Minuta de Termo de Cooperação.

À
Gerência dos Planos de Gestão e das Parcerias Institucionais – GPGPI.

O presente versa sobre Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA/MT) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente, para continuidade dos processos de implementação do Programa ARPA e à consolidação das Unidades de Conservação estaduais.

Considerando a Minuta do Termo de Cooperação de fls. 26/32.

Considerando o Plano de Trabalho de fls. 33/34.

Considerando o Parecer nº 365/2021/COMJUR-MMA/CGU/AGU de fls. 35/42.


Considerando o despacho nº 137/2021 de fl. 73, Gerência dos Planos de Gestão e das Parcerias Institucionais – GPGPI.

Considerando o Parecer nº 197-C/SUBPGMA/PGE/2021 de fls. 76/80, bem como a homologação do referido parecer de fl. 81.

Acolho por seus próprios fundamentos jurídicos, o Parecer nº 197-C/SUBPGMA/PGE/2021 de fls. 76/80, que opina pela possibilidade da celebração do Termo de Cooperação, desde que sejam atendidas as seguintes recomendações:

- 1 - Recomenda-se a juntada do requerimento padrão contento expressa manifestação favorável dos integrantes do presente termo;
- 2 - Recomenda-se que seja juntado aos autos comprovante do cadastro do Termo de Cooperação no Sistema de Gerenciamento de Convênios SIGCON;
- 3 - Em que pese à juntada pela Cooperante aos autos do Plano de Trabalho composto dos Anexos I e II, recomenda-se justificar nos autos a necessidade ou não da juntada dos demais Anexos do Plano de Trabalho, conforme art. 8º, inciso I da Instrução Normativa n. 01/2017.

Restituo os autos para continuidade e demais providências que o caso requer.


Mauren Lazzaretto
Secretária de Estado de Meio Ambiente
SEMA-MT

